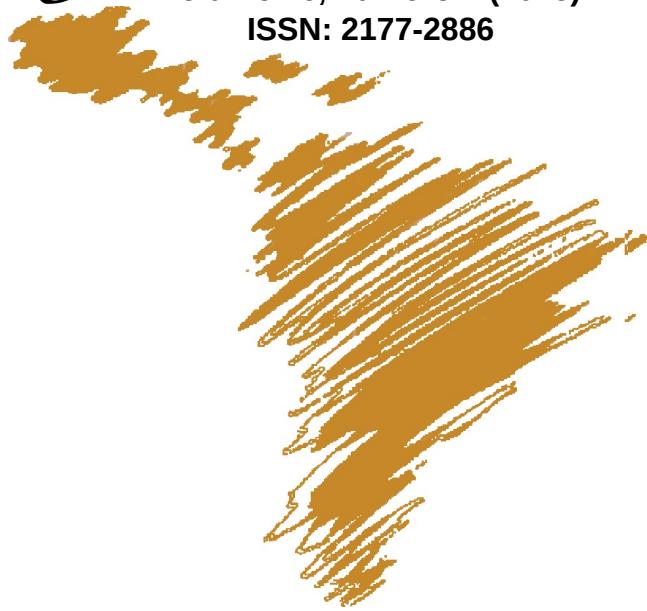


Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 16, número 1 (2025)
ISSN: 2177-2886



Artigo

Geografia e Trabalho: Uma Análise Interseccional do Trabalho Doméstico Remunerado entre Mulheres Negras

*Geografía y Trabajo: Un Análisis Interseccional del
Trabajo Doméstico Remunerado entre Mujeres Negras*

*Geography and Work: An Intersectional Analysis of
Paid Domestic Work among Black Women*

Ana Paula Melo da Silva

Universidade Federal de Goiás – Brasil
anapaula4@discente.ufg.br

Fernando Primo

Universidade Federal de Goiás – Brasil
fernando.primo@discente.ufg.br

Como citar este artigo:

SILVA, Ana Paula Melo da; PRIMO, Fernando. Geografia e Trabalho: Uma Análise Interseccional do Trabalho Doméstico Remunerado entre Mulheres Negras. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 16, n. 1, p. 27-44, 2025. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlegg>

Geografia e Trabalho: Uma Análise Interseccional do Trabalho Doméstico Remunerado entre Mulheres Negras

Geografía y Trabajo: Un Análisis Interseccional del Trabajo Doméstico Remunerado entre Mujeres Negras

Geography and Work: An Intersectional Analysis of Paid Domestic Work among Black Women

Resumo

Neste escrito, parte de uma pesquisa de doutorado em Geografia em andamento, buscamos tratar sobre as dimensões de raça, gênero e classe no trabalho doméstico remunerado no Brasil, propondo a interseccionalidade enquanto ferramenta analítica na interpretação dessa ocupação e seus sujeitos, com especial relevo às mulheres negras, no campo da Geografia. Para tanto, utilizamos os dados qualitativos e quantitativos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por meio da PNAD-Contínua sobre o trabalho doméstico remunerado, com destaque aos dados referentes à escolaridade, carteira assinada e média de rendimentos mensais. Ao fim, buscamos ainda relacionar esses dados com referenciais teóricos que possibilitam compreender a gama de desafios concretos e subjetivos vivenciados pelo grupo.

Palavras-Chave: Geografia; Trabalho doméstico remunerado; Mulheres negras; Interseccionalidade.

Resumen

En este escrito, parte de una investigación doctoral en Geografía en curso, buscamos abordar las dimensiones de raza, género y clase en el trabajo doméstico remunerado en Brasil, proponiendo la interseccionalidad como herramienta analítica en la interpretación de esta ocupación y sus sujetos, con especial énfasis en las mujeres negras, en el campo de la Geografía. Para ello, utilizamos datos cualitativos y cuantitativos del Instituto de Pesquisas Económicas Aplicadas (IPEA) a través de la Encuesta Nacional por Muestra de Hogares Continua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD-Continua) sobre trabajo doméstico remunerado, con énfasis en datos sobre educación, empleo formal e ingreso promedio mensual. También buscamos relacionar estos datos con referentes teóricos que permitan comprender los desafíos concretos y subjetivos que vive el grupo.

Palabras-Clave: Geografía; Trabajo doméstico remunerado; Mujeres negras; Interseccionalidad.

Abstract

In this writing, part of an ongoing doctoral research in Geography, we seek to address the dimensions of race, gender and class in paid domestic work in Brazil. We propose intersectionality as an analytical tool in the interpretation of this occupation and its subjects, with special emphasis on black women, in the field of Geography. To this end, we used qualitative and quantitative data from the Institute for Applied Economic Research (IPEA) through PNAD-Contínua on paid domestic work, with emphasis on data about education, formal employment and average monthly income. Finally, we also sought to relate this data with theoretical references that make it possible to understand the range of concrete and subjective challenges experienced by the group.

Keywords: Geography; Paid domestic work; Black women; Intersectionality.

Ana Paula Melo da Silva, Fernando Primo



Introdução

Neste escrito, parte de uma pesquisa de doutorado em Geografia em andamento¹, buscamos tratar sobre as dimensões de raça, gênero e classe no trabalho doméstico remunerado no Brasil, propondo a interseccionalidade como ferramenta analítica na interpretação dessa ocupação e seus sujeitos no campo da Geografia. Racialmente demarcada, essa atividade laboral, exercida majoritariamente por mulheres negras, pode ser considerada uma importante lente para a interpretação das disparidades no campo do trabalho e da espacialidade desses sujeitos. Em acordo com Cida Bento, consideramos que “[t]ratar das desigualdades de raça e gênero no mundo do trabalho toca em pontos centrais da condição da população negra no Brasil” (Bento, 2022, p. 88). Deste modo, acreditamos, ainda, que a ocupação desses sujeitos, neste caso o trabalho doméstico remunerado, pode ser mais um elemento a ser considerado na compreensão da espacialidade limitada e/ou condicionada de mulheres negras, considerando as características desfavoráveis do segmento.

Apresentadas tais questões, iniciaremos a discussão retomando brevemente o lugar histórico de mulheres negras no trabalho doméstico remunerado. Abordamos também a noção de interseccionalidade e sua aplicabilidade nos estudos geográficos. Em seguida, interpretamos as condições atuais sobre essa atividade e seus sujeitos a partir de três dados, sendo eles a escolaridade, carteira assinada e média de rendimentos mensais. Por fim, de modo a compreender quais os desdobramentos dessa condição na espacialidade de mulheres negras empregadas domésticas, abordamos a gama de desafios, concretos e subjetivos, vivenciados pelo grupo.

No que tange a metodologia, o presente texto se estabelece por meio dos parâmetros da pesquisa qualitativa. Para seu desenvolvimento, realizamos o levantamento e a análise bibliográfica sobre os temas tratados, como trabalho doméstico remunerado, relações raciais e de gênero, interseccionalidade, entre outros. Utilizamos, ainda dados quantitativos, como estudos realizados pelo IPEA/IBGE através da metodologia do PNAD-Contínua (IBGE, 2019; IBGE, 2021) sobre o atual perfil e as condições de trabalho de empregadas domésticas no Brasil.

O Lugar Histórico de Mulheres Negras no Trabalho Doméstico

Às mulheres negras foi relegado um lugar histórico de ocupações estigmatizadas, com baixa proteção e marcadas por extrema exploração e vulnerabilidade (Silva; Ratts, 2023). Em estudos de intelectuais ativistas como Lélia Gonzalez, com a noção de lugar histórico (2020), e Beatriz Nascimento, com destino histórico (2021)², observamos a interpretação da construção de uma posição em que a escravização e colonialismo se apresentam como

¹ Pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG) com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

² Ainda que publicados em coletâneas recentes, parte significativa dos escritos originais dessas autorias foi produzido entre as décadas de 1970 e 1980.

cenário definidor das atuais posições e condições de trabalho entre mulheres negras. Isto é, interpretações como estas trazem à luz, assim como denunciam e documentam, padrões antecedentes de desamparo e exploração vivenciados por este grupo, que terão desdobramentos, também, no mercado de trabalho contemporâneo, evidenciando as estruturas do atual represamento e a presença compulsória de mulheres negras em ocupações como o trabalho doméstico remunerado, labor que tem relevante destaque nas interpretações dessas autoras. De modo geral, nos chama a atenção o modo como suas interpretações, a partir do retorno analítico ao período da escravização, colocam em constelação a exploração econômica-sexual de mulheres negras, bem como reelaboram questões sobre a divisão racial e sexual do trabalho, nos possibilitando compreender também a coexistência de passado e presente nesse segmento:

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A ‘herança escravocrata’ sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadora nas áreas rurais (Nascimento, 2021a³, p. 58).

Ainda que não fizesse uso do termo, essas autoras desenvolveram uma perspectiva interseccional (Rios; Ratts, 2016) em suas análises e interpretações, reposicionando mulheres negras nesse debate, posto que considerar apenas as dimensões de gênero e classe na análise da atividade socioeconômica suprime uma gama de desdobramentos que se dão por e a partir da interação da categoria de raça com essas outras categorias: “Ora, na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como seu lugar na força de trabalho” (Gonzalez, 1982, p. 96). De modo geral, essas interpretações sinalizam o marcador raça como um importante definidor da entrada, permanência e contenção, e a condição de sujeitos em posições laborais permanentemente desfavoráveis.

Em análise recente, na compreensão da estruturação desta atividade, Pinheiro (2021) reforça a tríade de assimetrias que sustenta a ocupação, sendo ela formada pela herança escravista, pela desigualdade de renda e pela sociedade patriarcal. A partir dessa consideração, observamos como a interação entre raça, classe e gênero demarca e limita os deslocamentos sociais, laborais e espaciais desse grupo.

A relevância do trabalho doméstico e de cuidados exercidos de forma remunerada evidencia, no caso brasileiro, a intersecção de três

3 Originalmente publicado no jornal "Última Hora", Rio de Janeiro, em 25 de julho de 1976.

características de nossa sociedade: i) as heranças escravocratas de um passado muito recente, no qual cabia à população negra o lugar da servidão e às mulheres negras também a servidão no espaço da casa, ainda que não somente; ii) a nossa formação enquanto uma sociedade tradicionalmente patriarcal, que delega às mulheres, de forma geral, a responsabilidade pelos cuidados; e iii) a expressiva desigualdade de renda, que permite que trabalhadores assalariados contratem e remunerem com seus salários outros trabalhadores (Pinheiro *et al.*, 2021, p. 69).

De modo geral, tanto as interpretações anteriores quanto as mais recentes sinalizam o contexto de exploração e desamparo que, atualmente, recebe uma nova roupagem, mas que ainda resguarda uma gama de resíduos e sobrevidas escravagistas no trabalho doméstico atual. Nesse aspecto, a própria dilação na regulamentação das relações trabalhistas para o trabalho doméstico remunerado, que ocorreu somente após 70 anos da criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), se apresenta como indicativo inicial do cenário de desproteção e defasagem desse grupo (Bento, 2022), expondo, por meio do reconhecimento tardio e da informalidade característica da atividade, a insegurança laboral, social e econômica à qual esses sujeitos se encontram, ainda, submetidos (Abreu, 2021).

Esta breve retomada da dimensão racial é imprescindível para a compreensão do atual cenário, visto que a sublinha como importante definidora dos sujeitos que desenvolverão determinadas atividades. Destacamos, ainda, que há uma interessante ponte entre esta seção e a seguinte: a antecipação de uma perspectiva interseccional, mesmo que o conceito ainda não tivesse sido elaborado. O que queremos dizer é que, antes mesmo de haver a organização da noção de interseccionalidade, intelectuais-ativistas negras brasileiras já consideravam, em suas interpretações, a interação entre os marcadores de raça, classe, gênero, entre outros (Rios; Ratts, 2016).

Interseccionalidade

Considerando o tripé de amparo do trabalho doméstico remunerado no Brasil, elegemos nessa discussão a interseccionalidade como noção adequada para a compreensão dessa atividade. Esta, aqui tomada como conceito-ferramenta, cunhada dentro das lutas e teorizações feministas negras e sistematizado em 1989 por Kimberlé Williams Crenshaw, nos permite analisar a sobreposição de dinâmicas identitárias (Akotirene, 2019). Tomando as considerações de Patrícia Hill Collins em "Pensamento Feminista Negro": conhecimento, consciência e a política do empoderamento (2019)⁴ e, com Silma Bilge, em "Interseccionalidade" (2020)⁵, assentimos a compreensão ampla de que:

⁴ Publicado originalmente em inglês, sob o título *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*, em 1990.

⁵ Publicado originalmente em inglês, sob o título *Intersectionality*, em 2016

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins, 2020, p. 16).

Ainda que no trato de uma outra base social de referência, tecendo importantes considerações sobre a condição de vida e as experiências de trabalho de mulheres negras estadunidenses, Collins (2020) fornece uma ampla gama de elementos aplicáveis, também, na análise do trabalho doméstico remunerado exercido por mulheres negras brasileiras. Dentre os pontos, a sobrerepresentação do grupo na atividade nos é convidativo para pensar as questões propostas. Assim, esta noção possibilita ampliar o prisma de análise do trabalho doméstico ao considerar os demais marcadores que influenciam nas dinâmicas características dessa atividade laboral, evitando a sobrevalorização de categorias como gênero e considerando como marcadores de raça e idade podem reconfigurá-las entre determinados grupos.

A interseccionalidade, ao reconhecer que a desigualdade social raramente é causada por um único fator, adiciona camadas de complexidade aos entendimentos a respeito da desigualdade social. Usar a interseccionalidade como ferramenta analítica vai muito além de ver a desigualdade social através de lentes exclusivas de raça ou classe; em vez disso, entende-se a desigualdade social através das interações entre as várias categorias de poder (Collins, 2020, p. 48).

Dentre outras possibilidades, a noção de interseccionalidade também se apresenta como escolha adequada porque possibilita a abordagem de outro aspecto imprescindível na discussão do trabalho doméstico remunerado: a desigualdade intragrupo.

A importância de desenvolver uma perspectiva que revele e analise a discriminação interseccional reside não apenas no valor das descrições mais precisas sobre as experiências vividas por mulheres racializadas, mas também no fato de que intervenções baseadas em compreensões parciais e por vezes distorcidas das condições das mulheres são, muito provavelmente, ineficientes e talvez até contraproducentes. Somente através de um exame mais detalhado das dinâmicas variáveis que formam a subordinação de mulheres racialmente marcadas pode-se desenvolver intervenções e proteções mais eficazes (Crenshaw, 2002, p. 177).

Realizando o exercício de pensar a aplicabilidade, assim como as possibilidades que a interseccionalidade pode proporcionar quando aplicada à Geografia, corroboramos com Vasconcelos (2024, p. 07) que afirma que: “Ela contribui para a promoção da justiça espacial e social, ao destacar as formas

como as experiências de pessoas marginalizadas são moldadas". A autora ainda destaca que:

A interseccionalidade na Geografia desafia as abordagens simplistas que tratam as pessoas como pertencentes a uma única categoria social, ignorando as interações complexas entre diferentes formas de opressão. Pensar criticamente e interseccionalmente é reconhecer a diversidade e as experiências únicas das pessoas, destacando a importância de levar em conta as múltiplas dimensões da identidade e da desigualdade em análises socioespaciais (Vasconcelos, 2024, p. 07).

Nesse aspecto, observamos que uma perspectiva interseccional já havia sido considerada e empreendida em estudos que buscavam analisar as relações raciais e suas manifestações com e no espaço (Ratts, 2003).

[...] considero que as relações raciais e de gênero têm uma nítida dimensão espacial, ou seja, que elas são construídas em âmbitos espaciais explícita ou implicitamente distintos. Dizendo de outra maneira, os espaços privados e públicos são vividos diferenciada e desigualmente por homens e mulheres, qualificando uns de masculinos e outros de femininos, e por negros e brancos. Na sociedade brasileira algumas dessas distinções são exclusivas, o que não quer dizer que não existam (Ratts, 2014, p. 334)⁶.

A exemplo de como essas categorias podem ser mobilizadas no campo da Geografia, observamos as interpretações de Antônia dos Santos Garcia (2012) acerca da condição de mulheres negras no espaço urbano:

Assim, a tripla discriminação de gênero, raça e classe a que estão submetidas as mulheres negras no sistema patriarcal, sistema sexual do poder comum a todas as mulheres, tece os dramas e paradoxos cotidianos em processos complexos e contraditórios. Essas contradições certamente forjam distintas identidades, distintas territorialidades [...] (Garcia, 2012, p. 150).

Esses estudos, assim como outros que se dedicaram a interpretar as complexas interações dos marcadores sociais em diálogo também com as categorias e temas da ciência geográfica, realizam um importante empreendimento em romper com análises que consideram apenas uma categoria em detrimento de outras, como, por exemplo, interpretações que têm a classe como único elemento plausível de consideração. Ao tomar a interação entre diferentes marcadores sociais como ponto de partida, além de romper com a invisibilidade que essas questões ainda têm em análises tradicionais, complexificamos os estudos e interpretações e, assim, acessamos compreensões acerca das condições específicas a que determinados grupos estão submetidos em suas experiências socioespaciais.

⁶ Originado da comunicação "Gênero, Raça e Espaço": trajetórias de mulheres negras, no GT Relações Raciais e Etnicidade, no XXVII Encontro Anual da ANPOCS, 2003

Do ponto de vista deste escrito, destacamos, ainda, que consideramos o trabalho doméstico remunerado como uma das ocupações com maior propriedade para demonstrar a divisão racial e sexual do trabalho (Garcia, 2012) e que, no âmbito da Geografia, demonstra com facilidade como as questões de raça, gênero, classe, idade, sexualidade e demais marcadores são fatores incontornáveis para a realização de estudos atentos à condição socioespacial de diferentes grupos.

O Cenário Contemporâneo do Trabalho Doméstico Remunerado

Nesta seção buscaremos discutir as interações dos marcadores sociais, bem como o que resulta delas, no trabalho doméstico remunerado no Brasil. Considerando que este cenário é composto, nítido e inegavelmente, pela presença massiva de sujeitos empobrecidos, empregaremos nossas interpretações em outros marcadores, como gênero, raça e idade.

Gênero no Trabalho Doméstico

Os atuais dados sobre o trabalho doméstico remunerado, obtidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) por meio da metodologia Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua/2019), apontam que, no Brasil, este corresponde ao maior agrupamento profissional de mulheres no século XXI. Em 2018, 14,6% das mulheres ocupadas atuavam no trabalho doméstico remunerado, o que representa aproximadamente 5,7 milhões de trabalhadoras em um total de 6,2 milhões de trabalhadoras/es domésticas/os no país. Esses dados iniciais já sinalizam a disparidade de gênero na atividade, visto que, entre indivíduos do sexo masculino, o trabalho doméstico não corresponde a 1% de ocupação (IPEA, 2019). Essas informações, quando analisadas por meio da divisão sexual do trabalho, trazem dados alarmantes no que concerne a posição que este grupo ocupa. No entanto, ao fazer uso da variável raça podemos ter maior compreensão sobre as profundas e insistentes disparidades existentes dentro de um mesmo segmento.

Ainda que nesta análise priorizemos a noção de divisão racial do trabalho, compreender como se dá o encargo de funções a partir de uma perspectiva de gênero nos é profícuo para a compreensão dos acessos ao espaço público e espaço privado na ocupação. Nesse aspecto, é possível embarcar em três searas: a divisão entre funções entendidas como femininas e masculinas; a hierarquia entre essas funções; e a dimensão espacial dessas divisões. No que tange às funções designadas por gênero, podemos compreender que há uma atribuição desigual de responsabilidades e atividades, na qual às mulheres são designadas atividades voltadas à manutenção interna e cuidado, assim como as demais funções marcadas por desvalorização e vulnerabilidade social e econômica. Neste ponto, apesar das limitações para aprofundarmos, consideramos que a dimensão racial também pode ser um fator de rearranjo das atribuições.

Os dados da PNAD Contínua/IBGE apontam que na categoria de trabalho doméstico remunerado os homens estão concentrados em funções como

jardineiros, voltados ao cultivo de hortas, jardins e viveiros, e na condução de automóveis, como motoristas; ou seja, em atividades externas. Já as mulheres se concentram de modo significativo nas funções internas, como cuidadoras, cozinheiras e atividades de limpeza (IPEA, 2019).

Ainda que necessária a perspectiva monofocal acerca da divisão sexual, não podemos perder de vista que o cenário dessa dinâmica é significativamente mais amplo. Assumir sua amplitude nos direciona à discussão das desigualdades intragrupo, isto é, compreender que, ainda que mulheres compartilhem de experiências comuns, como a designação de postos de trabalho, inferioridade salarial, entre outros, ainda há desigualdades que dão contornos distintos expressivos a esse grupo.

Raça no Trabalho Doméstico Remunerado

Os dados referentes à população negra no trabalho doméstico (IPEA, 2021) apontam que, dentre as 5,7 milhões de trabalhadoras, 3,9 milhões são mulheres negras. À vista disso, o grupo corresponde a 63% do total de trabalhadoras/es domésticas/os no país. Estes dados indicam, ainda, que, do total de mulheres ocupadas, 10% das mulheres brancas e 18,6% das mulheres negras atuavam no trabalho doméstico.

Assim, notamos que as categorias de gênero e classe são determinantes dos sujeitos que compõem o viés remunerado e não remunerado do trabalho doméstico no Brasil, o que pode demonstrar a importância da compreensão da divisão sexual do trabalho. No entanto, a categoria raça remodela esse cenário, apontando que o contingente de mulheres negras é altamente caracterizador do grupo que exerce a atividade laboral.

A exemplo do afirmado acima, para além do quantitativo de trabalhadoras, notamos, por meio dos dados quantitativos do IPEA (2021), a “transição demográfica” (Pinheiro *et al.*, 2021, p. 74) na atividade, que recentemente se configura pelo envelhecimento da categoria, com aumento de mulheres adultas (entre 30 e 59 anos) e idosas (com 60 anos ou mais), e diminuição no número de trabalhadoras jovens (até de 29 anos). Parte significativa dessa mudança pode ser atribuída às políticas de democratização da educação, tanto no ensino básico quanto no ensino superior. No entanto, os estigmas e a baixa remuneração também podem ser considerados fatores para a busca, quando possível, de outras ocupações (Pinheiro *et al.*, 2021). Pinheiro *et al.* (2021) sinalizam que essa mudança de postos de trabalho não necessariamente corresponde a ocupações menos precárias, mas sim, por vezes, menos estigmatizadas. A literatura internacional também elucida essa questão:

O trabalho realizado por mulheres negras pobres se assemelha às tarefas há muito associadas ao serviço doméstico. No passado, o serviço doméstico era confinado às residências particulares. Hoje, ao contrário, os trabalhos ligados a cozinha, limpeza, enfermagem e cuidado de crianças viraram rotina e foram descentralizados em uma série de restaurantes de *fast-food*, serviços de limpeza, creches e outros do setor de serviços. As mulheres negras exercem trabalho semelhante, mas em ambiente diferente. O local pode ter mudado, mas o tipo de trabalho não. Além disso, o tratamento dispensado às

mulheres negras se assemelha às relações interpessoais de dominação remanescentes do trabalho doméstico (Collins, 2019, p. 126).

Ainda no que tange a reconfiguração e recomposição etária do trabalho doméstico remunerado, atentemos ao fato de que a idade também pode ser mais um elemento no arranjo interseccional a ser considerado. Percebemos, também, que a saída de mulheres jovens dessa atividade socioeconômica se dá de modo desproporcional entre mulheres brancas e negras, em que notamos que, para cada 100 trabalhadoras negras, 14 são jovens. Já entre trabalhadoras brancas, a cada 100, menos de 10 são jovens (IPEA, 2021), haja vista a disparidade no acesso à educação entre esses grupos (Pinheiro, 2021). Essas compreensões nos elucidam que “persistem barreiras que, por um lado, limitam a participação das mulheres em determinadas esferas e, por outro, limitam sua saída de outros espaços, como é o caso do trabalho doméstico” (Pinheiro *et al.*, 2021, p. 71).

Além das questões como contingente populacional, observamos a interação entre as categorias também nos dados relativos à carteira assinada, escolaridade e na média de rendimentos mensais das trabalhadoras, que revelam o complexo cenário das desproporções intragrupos.

Marcadores Sociais suas interações no Trabalho Doméstico

Remunerado

Tendo em vista o cenário antecedente do trabalho doméstico no Brasil, nos é profícuo, de modo a compreender as disparidades intragrupos, olhar atentamente a composição racial nos subgrupos da ocupação. Dentro do que entendemos como trabalho doméstico remunerado, consideramos ocupações como jardineiros, motoristas, babás, cuidadoras, cozinheiras, diaristas, mensalistas, entre outros. Em um olhar atento a essas subdivisões, observamos que, dentre as profissionais da cozinha, mulheres negras representam 71,5% do grupo, assim como 68% das babás, 67,2% em serviços domésticos gerais e 58,9 das cuidadoras (Fontoura; Marcolino, 2021). No que tange ao grupo de cuidadoras, Natália Fontoura e Adriana Marcolino (2021) sublinham que é o grupo que, por vezes, é composto por sujeitos com formação específica para a função, e que, sendo o caso representativo para a discussão que propomos, é composto por menos sujeitos negros.

Para pensar como a interação dos marcadores sociais vai produzir condições específicas para os diferentes grupos, elencamos os dados de três elementos da condição laboral: escolaridade, carteira assinada e a média de rendimentos mensais. Ainda que, para os fins dessa discussão, esses elementos estejam separados, é sabido que são interligados e mutuamente dependentes. Essas escolhas se deram a partir da ideia de que tais elementos podem ser elucidativos para compreender o campo de desvantagens que se dá anterior à entrada no mercado de trabalho, como a questão da escolaridade, passando pela sobrerepresentação de mulheres negras no segmento, até a condição de vida desses sujeitos, devido ao amplo campo de dispêndios ao qual estão submetidos.

Iniciando esta linha de compreensão a partir da questão da escolaridade,

sabemos que ela é fundamental no acesso a melhores condições no mercado de trabalho. No caso do trabalho doméstico remunerado, considerando períodos históricos anteriores, temos que, para mulheres negras, empobrecidas e com baixa escolaridade, esta era a porta de entrada para o mercado de trabalho (Gonzalez, 1979; Nascimento, 1976). Pensando que, devido à baixa escolaridade e/ou a ausência capacitação formal, sua inserção laboral já se dá de modo fragilizado (Abreu, 2021), e conjugando essas desvantagens com os demais mecanismos de discriminação específicos, mais ou menos explícitos, culmina-se, então, no represamento do grupo com expectativas baixas ou quase inexistentes de acesso a ocupações menos desvalorizadas e estigmatizadas.

Observamos nos dados da PNAD Contínua (IBGE, 2021) que, apesar de avanços significativos nos indicadores de escolaridade, por políticas educacionais que se deram tanto no ensino básico quanto no ensino superior, como, por exemplo, as políticas de ações afirmativas entre a população negra em geral e de mulheres negras em específico, ainda há disparidades no grau de escolaridade deste grupo se comparado às mulheres brancas em todos os níveis de instrução. Nesta questão, um dado importante para reflexão é que mulheres negras jovens (16 a 29 anos) empregadas domésticas já alcançam 09 anos ou mais de estudo, o que possibilita a busca por outras ocupações, tendo, assim, diminuído sua presença no trabalho doméstico remunerado (IBGE, 2021). Os dados também apontam o aumento no número de mulheres idosas (60 anos ou mais) na ocupação, evidenciando também que mulheres negras com 70 anos ou mais têm baixíssimo grau de instrução formal, abaixo de 4,5 anos de estudo (IBGE, 2021), o que corresponde a menos do que a primeira etapa do ensino fundamental. No que tange a isso, consideramos a baixa escolaridade um dos fatores para a baixa sindicalização do grupo (Benevides, 2021), o que expõe essas trabalhadoras a maior vulnerabilidade. Neste ponto, raça, classe, gênero e idade são marcadores visualizados com facilidade.

Se considerarmos que questões como baixa escolaridade e origem familiar de baixa renda são características do grupo de mulheres negras empregadas domésticas (Bento, 2022), compreendemos também que esta é uma problemática intergeracional e que respinga substancialmente na população negra de diferentes faixas etárias.

O cenário de desproteção do trabalho doméstico remunerado fica ainda mais evidente ao observar os dados sobre carteira assinada. Sabemos que, ainda que insuficiente, a medida de diminuição da informalidade assegura maior proteção social e laboral às trabalhadoras, assim como maior rendimento (Pinheiro et al., 2021). No caso de impossibilidade de trabalhar devido à gravidez, acidente de trabalho, adoecimento, desemprego ou demais motivos eventuais ou permanentes, é esse mecanismo que assegurará uma renda mínima e demais direitos legais às trabalhadoras, como, por exemplo, a aposentadoria, além de garantir rendimentos mensais superiores (IBGE, 2019).

No caso dessa ocupação, temos elementos relevantes para pensar tanto questões de gênero quanto de raça. A exemplo, apesar desta ser uma atividade marcada pela presença feminina, a proporção de homens trabalhadores domésticos com carteira assinada é de aproximadamente 40% (IBGE, 2021)⁷. Os dados apontam, também, que menos de 30% das trabalhadoras domésticas

brasileiras possuem carteira assinada e, em uma desvantagem já esperada, trabalhadoras domésticas negras são as que menos usufruem desse direito; isto é, estão mais expostas a desproteção social e vulnerabilidade laboral (IBGE, 2021).

Pensando neste cenário de desproteção, a média de rendimentos mensais sublinha a discriminação salarial existente. De acordo com Angélica Abreu (2021, p. 56) “A diferença entre o rendimento real habitual da população branca em relação à população negra exemplifica a discrepância dos valores monetários percebidos por esses dois estratos sociais, no exercício da mesma atividade econômica”. A autora sublinha, ainda, que “[t]al diferença de rendimento marca toda uma trajetória de vida de um grupo mais suscetível a ser impactado por mudanças institucionais, políticas e econômicas” (Abreu, 2021, p. 56). Pensando, então, o mercado de trabalho em geral, é sabido, bem como demonstrado pelos dados nacionais, que mulheres negras compõem o grupo que, entre mulheres brancas, homens negros e homens brancos, recebe os menores rendimentos.

Tratando dos dados do trabalho doméstico remunerado, temos que o baixo rendimento é uma de suas principais características. Desse modo, na ocupação, ainda que tendo cargas exaustivas de trabalho, por vezes extrapolando o que é estabelecido pela Lei nº 150/2015 sobre jornada de trabalho do empregado doméstico, as trabalhadoras recebem abaixo do Salário Mínimo nacional (IPEA, 2021). A exemplo, temos que, no levantamento de 2016, trabalhadoras domésticas negras recebiam aproximadamente 85% do que era auferido a trabalhadoras brancas e, nos dados de 2019, observamos a permanência dessa disparidade (IPEA, 2019; Pinheiro *et al.*, 2021). Ou seja, além de ser uma ocupação com baixo rendimento, sempre abaixo ou pareado ao Salário Mínimo, mulheres negras recebem ainda menos do que outras trabalhadoras.

Uma profissão que, historicamente, é exercida por mulheres, negras, de baixa escolaridade e pobres e, assim, é socialmente caracterizada como um trabalho menos valorizado, não produtivo e desqualificado. A desvalorização social e a desqualificação profissional têm impacto direto sobre os rendimentos da categoria, inferiores à média da remuneração no mercado de trabalho (Benevides *et al.*, 2021, p. 184).

Pensando ainda a questão do rendimento mensal para mulheres negras, não somente empregadas domésticas, mas trabalhadoras em geral, nos deparamos com outra questão que deve ser mencionada: a aproximação da média salarial entre essas trabalhadoras. Enquanto mulheres brancas têm maior diferença salarial entre as ocupações, ou seja, existem diferenças significativas entre os rendimentos de uma mulher branca empregada doméstica e uma mulher branca com outra ocupação, essa dinâmica não é acentuada entre mulheres negras (Pinheiro *et al.*, 2021). Desse modo, a precariedade laboral deste grupo é observada, também, em outras ocupações.

7 Neste caso, é importante salientar que existem também disparidades entre homens brancos e homens negros, tanto pela questão racial, quanto pela ocupação, o que pode ser tratado com maior detalhamento em discussões futuras.

Uma vez que estas mulheres encontram maiores barreiras para se inserirem no mundo do trabalho, para ocuparem postos qualificados e posições de poder e decisão, as rendas que auferem em qualquer posição no mercado tendem a ser significativamente inferiores às dos outros grupos sociais, construindo, assim, um cenário de menor desigualdade, mas não necessariamente de maior valor e reconhecimento social e monetário (Pinheiro *et al.*, 2021, p. 98).

O que entendemos dessa discussão, então, é que, ainda que na sociedade o trabalho seja considerado enquanto fator primordial na resolução da desigualdade (Nascimento, 2021), existem diferentes barreiras que dificultam ou impedem que determinados grupos acessem melhores possibilidades, cristalizando-os em posições de exploração e baixo rendimento. Nesse caso, então, vemos que o mercado de trabalho acaba por reproduzir e aprofundar as desigualdades sociais. Os dados trazidos aqui elucidam também que, ainda que à primeira vista o grupo de trabalhadoras domésticas pareça homogêneo, há uma gama de disparidades para determinados sujeitos.

A Dimensão Socioespacial do Trabalho Doméstico Remunerado entre Mulheres Negras

Pensando questões de trabalho e precarização da população negra, considerando ainda a gama de impactos concretos e subjetivos dessa condição (Bento, 2022), podemos questionar, então, como essas disparidades se expressarão espacialmente. No trato do trabalho doméstico e de seus sujeitos, entendemos que a segregação socioespacial é experienciada de forma acentuada por esse grupo, seja na sua moradia, no ambiente de trabalho, assim como no deslocamento entre estes. No entanto, entendemos, ainda, que a experiência de demarcação de um lugar específico está, também, em outras áreas de suas vidas, como no mercado de trabalho, dentro das residências em que prestam serviço e até no modo como vivem – ou como encontram dificuldade de viver – suas relações familiares. Ou seja, compreendemos que há diferentes mecanismos e um amplo repertório de demarcação das posições, sociais e espaciais que tais sujeitos ocuparão.

No que tange a essas questões, Antônia dos Santos Garcia (2012, p. 150) destaca em "Mulher Negra e o Direito à Cidade": relações raciais e de gênero que:

Do ponto de vista espacial é sabido que trabalhadoras domésticas, quando não vivem na casa dos(as) patrões(as), em quartinho de empregada (cada vez mais minúsculo), moram com suas famílias em bairros populares e/ou favelas com grandes carências de serviços públicos, onde fazem deslocamentos diários usando serviços precários de transporte coletivo para os bairros médios e ricos que lhes custam recursos e tempo de trabalho não pago.

A partir de sua interpretação, compreendemos a consideração da figura da empregada doméstica como o sujeito que transitará entre os extremos da

cidade, desde os condomínios fechados onde a população com maior poder aquisitivo, e majoritariamente branca, se autossegrega (Bento, 2022), até as periferias e aglomerados subnormais, por vezes com insuficiência ou inexistência de condições mínimas de estrutura e assistência, em que estas, enquanto população empobrecida e majoritariamente negra, é segregada.

Há ainda outras referências, que não necessariamente se originam na ciência geográfica, mas que têm importante perspectiva espacial desses fenômenos. Nos é frutífero considerar suas interpretações e análises, que possibilitam a compreensão dos lugares sociais e espaciais da população negra, o que é evidenciado na análise de Alex Ratts (2012, p. 216):

[...] intelectuais negros(as) têm um pensamento geográfico, com formação acadêmica ou não em geografia, posto que problematizam temas como diáspora, efeitos da escravidão na formação étnico-racial, nacional e territorial, segregação espacial/ racial e espaços negros.

No que tange a essa concepção, é importante considerar a análise que Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg desenvolvem em "Lugar de Negro" (1982), onde afirmam que:

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural no negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos habitacionais (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (Gonzalez; Hasenbalg, 1982, p. 15).

Do ponto de vista de um estudo que busca pensar o trabalho doméstico e seus sujeitos, é necessário considerar o lugar natural do grupo branco e do grupo negro, na condição de empregadas domésticas, sujeitos que transitam de modo limitado e/ou condicionado. Do mesmo modo, a repetição dos trajetos ou limitações para o trânsito desses sujeitos, seja pela restrição de tempo ou por questões de custo, distância ou demais fatores, causam um deslocamento restrito, repetitivo e pendular. Nesse aspecto podemos também considerar que essa condição culmina na redução do repertório espacial desse grupo (Lopes, 2008).

Essa característica do repertório espacial é elucidada nos estudos de Terezinha Bernardo, que aborda, em "Memória em Branco e Negro": olhares sobre São Paulo (1998), a perspectiva de quatro grupos sociais – mulheres negras, mulheres brancas, homens negros, homens brancos – sobre a construção e desenvolvimento da capital paulista, interlocutores que vivenciaram as primeiras décadas do século XX. Com relevo ao grupo de mulheres negras, nos é fecundo refletir como, para além de raça, gênero e classe, o trabalho será um marcador da relação entre o sujeito e espaço. Parte

significativa, senão total, de suas interlocutoras trabalharam como empregadas domésticas, e em suas narrativas afloram as memórias que essas têm da cidade: os anúncios de produtos de limpeza no transporte que utilizavam, como saponáceo, e a marca do óleo de cozinha, elementos relacionados às suas ocupações como empregadas domésticas e cozinheiras (Bernardo, 1998) e que são um diferencial quando comparados às memórias dos demais grupos. O estudo nos permite interpretar que não somente as percepções sobre a cidade são diferenciadas, mas também a forma como esta é vivenciada.

Ainda que exista uma tolerância da circulação de empregadas domésticas entre os extremos da cidade, dos condomínios às periferias, não podemos perder de vista que há um conjunto de condições para tanto. Um exemplo de limitadores da mobilidade desses sujeitos são os horários de circulação do transporte público (a exemplo, a pouca circulação de ônibus próximo aos condomínios fechados durante o fim de semana ou fora do horário de entrada e saída de trabalhadoras domésticas). Essas dinâmicas de oferta de transporte, assim como o preço das passagens, ditam em quais horários a presença de mulheres negras é permitida e aceitável em determinados espaços, assim como o uso de uniformes que “justifiquem” sua presença nos mesmos.

Destrinchando as diferenças existentes entre esses elementos e os sujeitos, podemos observar com maior nitidez como essas disparidades se desdobrarão em demandas e desafios específicos para determinados grupos, como impossibilidade de moradia adequada, maior dificuldade de deslocamento e acesso a serviços públicos. Por fim, cabe ressaltar que, ainda que venhamos a considerar um padrão social e espacialmente construído de exclusão desse grupo, em regiões mais empobrecidas do país é possível observar como o patriarcado e o racismo produzem cenários acentuados, fatores que pode ser elucidado pelas questões regionais e particulares de desenvolvimento do capitalismo, o que adicionará contornos ainda mais agudos às relações de gênero, raça e classe.

Considerações Finais

Ao longo desta discussão, buscamos abordar o percurso histórico do trabalho doméstico remunerado entre mulheres negras. De modo a tratar sobre como diferentes grupos vivenciam essa condição laboral, salientamos que o trato dessa ocupação somente por meio da condição econômica ou considerando unicamente a divisão sexual do trabalho é uma interpretação monofocal, visto que é a consideração da interação entre os marcadores de raça, classe e gênero, entre outros, que possibilita compreender os efeitos particulares em determinados grupos, assim como a visualização da dinâmica complexa e violenta que culmina na sub-representação de mulheres negras em ocupações com maiores rendimentos e a sobrerepresentação deste mesmo grupo em atividades laborais caracterizadas por exploração, baixo rendimento e informalidade.

Para explicitar as condições específicas, focamos a discussão no trato da escolaridade, carteira assinada e nos rendimentos mensais, a fim de tratar sobre as desproporções intragrupo. Por fim, por meio de uma perspectiva geográfica, abordamos alguns impactos decorrentes das condições de desigualdade e/

trabalho. Em conclusão, salientamos a necessidade de se atentar a essas questões para romper com um ciclo de vulnerabilidade, exploração e limitação que atinge desproporcionalmente mulheres negras, e que ainda se expande intergeracionalmente.

Referências

ABREU, Angélica Kely de. Trabalho doméstico remunerado: um espaço racializado. In: IPEA. **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil**. Brasília: IPEA; OIT, 2021.

AKOTIRENE. Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polén, 2019.

BENEVIDES, Laura Tereza, *et al.* Negociação coletiva no trabalho doméstico no Brasil: O caso da convenção coletiva de trabalho do sindicato dos trabalhadores domésticos no município de São Paulo. In: **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro** a partir dos dados da PNAD Contínua. Textos para Discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2021.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERNARDO, Terezinha. **Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen, 2020.

COLLINS, Patricia Hill Collins; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Dossiê III Conferência Mundial contra o Racismo. **Revista estudos feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

FONTOURA, Natália; MARCOLINO, Adriana. A heterogeneidade do trabalho doméstico no Brasil. In: **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro** a partir dos dados da PNAD Contínua. Textos para Discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2021.

GARCIA, Antônia dos Santos. Mulher negra e o direito à cidade: relações raciais e de gênero. In: SANTOS. Renato Emerson dos (Org.). **Questões**

Geografia e Trabalho: Uma Análise Interseccional do Trabalho Doméstico

Remunerado entre Mulheres Negras

urbanas e racismo. Brasília: ABPN, 2012. p. 134-163.

GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. *In: Annual meeting of the african heritage studies association*. Pittsburgh, 26-29 abr. 1979.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. *In: LUIZ, Madel. (Org.). O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982

GONZALEZ, Lélia; RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, Rio de Janeiro, IBGE, n. 40, 2019.

IBGE. **Indicadores IBGE**: Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil 2012 a 2021. Pesquisa nacional por amostra de domicílio contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

IPEA. **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI**: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. Textos para Discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

IPEA. **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade**: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil. Brasília: IPEA; OIT, 2021.

LOPES, Renata Batista. **De casa para outras casas: trajetórias socioespaciais de trabalhadoras domésticas residentes em Aparecida de Goiânia e trabalhadoras em Goiânia**. 2008. 211 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra e o mercado de trabalho. *In: NASCIMENTO, Beatriz; RATTS, Alex. (Org.). Uma história feita por mãos negras*: relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021a. p. 55-61.

NASCIMENTO, Beatriz; RATTS, Alex (Org.). **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PINHEIRO, Luana; *et al.* Os desafios do passado no trabalho doméstico do

Geografia e Trabalho: Uma Análise Interseccional do Trabalho Doméstico

Remunerado entre Mulheres Negras

século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. *In: IPEA. Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil.* Brasília: IPEA; OIT, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38920&Itemid=466 Acesso em: 30 maio 2024.

RATTS, Alecsandro J. P. A geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados. *In: ALMEIDA, M. G. de. RATTS, A. J. P. (Org.). Geografia: leituras culturais.* Goiânia: Alternativa, 2003.

RATTS, Alex. Os lugares da gente negra: temas geográficos no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. *In: SANTOS, Renato Emerson dos. (Org.). Questões urbanas e racismo.* Petrópolis, RJ: DP & A/ABPN, 2012. p. 216-243.

RATTS, Alex. Gênero, Raça e Espaço: uma abordagem da trajetória de mulheres negras. *In: SILVA, Maria das Graças S. N. e Silva. (Org.) Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial.* Ponta Grossa: Todapalavra, 2014. p. 333-354.

RIOS, Flavia; RATTS, Alex. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. *In: PINTO, Ana Flávia Magalhães; CHALHOUB, Sidney. (Org.). Pensadores negros – pensadoras negras:* Brasil, séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: MC&G Editorial; Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2016. p. 467-486.

SILVA, A. P. M. da; RATTS, A. A mulher negra e o trabalho doméstico nas perspectivas de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 189-207, 2023. DOI: 10.35701/rcgs.v25.899. Disponível em: <http://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/899>. Acesso em: 20 ago. 2023.

VASCONCELOS, A. P. do N. Interseccionalidade: A potência do conceito-ferramenta metodológica para a Geografia. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 1-13, 2024. DOI: 10.35701/rcgs.v26.964. Disponível em: <http://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/964>. Acesso em: 21 jun. 2024.

Contribuição de Autoria / Contribución de autoría

Ana Paula Melo da Silva: Conceituação, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Escrita (primeira redação).

Fernando Primo: Conceituação, Análise Formal, Escrita (revisão e edição).

Recebido em 30 de julho de 2024.

Aceito em 06 de março de 2025.

Ana Paula Melo da Silva, Fernando Primo

